

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025.r6a31>

Recebido em: 28/07/2025

Aceito em: 27/08/2025

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA NOS ANOS FINAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: DIÁLOGOS TRANSCULTURAIS, SABERES,
LINGUAGENS E APRENDIZAGENS**

**THE TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE AND LITERATURE IN THE
FINAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: TRANSCULTURAL DIALOGUES,
KNOWLEDGE, LANGUAGES AND LEARNING**

José Flávio da Paz

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5717227670514288>

Doutor em Estudos Literários

Logos University Internatinal-UniLogos, EUA

E-mail: jfp1971@gmail.com

Fabiano Sales de Aguiar

<https://orcid.org/0000-0002-1892-8857>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8748562962039270>

Doutorando em Educação Escolar

Universidade Federal do Acre-UFAC, Brasil

E-mail: fabiano.aguiar@ufac.br

Carlos Roberto Wensing Ferreira

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7748-5435>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3329367358115644>

Doutorando em Educação Escolar

Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Brasil

E-mail: carloswensing@gmail.com

RESUMO

O ensino de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Fundamental transcende a simples transmissão de conteúdos gramaticais ou a leitura de textos literários. A sala de aula constitui-se como espaço de encontros culturais, onde as vozes dos estudantes dialogam com os textos e as diversas manifestações culturais. Nesse contexto, este estudo propõe uma reflexão sobre como os diálogos transculturais podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, ampliando a compreensão crítica do mundo e fortalecendo o respeito à diversidade, bem como, a valorização dos saberes que diversos contribuem para a construção de aprendizagens

significativas. A abordagem teórica fundamenta-se, essencialmente, nos princípios de pensadores como Ausubel (1980), Bakhtin (2003), Candido (1972), Foster (2022), Freire (1987), Gandin (2013), Mbembe (2014), Melo & Costa (2019), Paro (2012) entre outros e, enfatizando a interação entre linguagens e identidades. A metodologia adota revisão bibliográfica, proposições e análise qualitativa de práticas pedagógicas que integram literatura, cultura local e global. Os resultados indicam que a articulação entre leitura, escrita e interpretação promove o pensamento crítico e a empatia cultural, preparando os estudantes para atuar em uma sociedade plural.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa; literatura; transculturalidade; anos finais do Ensino Fundamental; aprendizagem.

ABSTRACT

The teaching of Portuguese Language and Literature in Elementary School goes beyond the simple transmission of grammatical content or the reading of literary texts. The classroom is a space for cultural encounters, where students' voices dialogue with texts and diverse cultural manifestations. In this context, this study proposes a reflection on how transcultural dialogues can enrich the teaching-learning process, expanding the critical understanding of the world and strengthening respect for diversity, as well as the appreciation of knowledge that diverse contributes to the construction of meaningful learning. The theoretical approach is essentially based on the principles of thinkers such as Ausubel (1980), Bakhtin (2003), Candido (1972), Foster (2022), Freire (1987), Gandin (2013), Mbembe (2014), Melo & Costa (2019), Paro (2012) among others, emphasizing the interaction between languages and identities. The methodology adopts a bibliographic review, proposals and qualitative analysis of pedagogical practices that integrate literature, local and global culture. The results indicate that the articulation between reading, writing and interpretation promotes critical thinking and cultural empathy, preparing students to act in a plural society.

Keywords: Teaching Portuguese Language; literature; transculturality; final years of elementary school; learning.

1 INTRODUÇÃO

A Língua e as Literaturas de Língua Portuguesa, no Brasil e no Mundo, reconhecidas suas peculiaridades e composições variacionistas, possuem um imenso potencial transformador na sociedade, na educação e na construção de identidades dessas nações e seus falantes. Elas são mais do que ferramentas de comunicação: carregam histórias, memórias, afetos, lutas e formas diversas de se compreender, ser e estar no mundo.

Na atualidade, segundo dados da Agência Brasil (2022), do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental-UNRIC (2025) e as Nações Unidas Brasil (2021)., estima-se que o número de falantes da língua portuguesa no mundo varie entre 260 e 290 milhões de pessoas. O Instituto Camões, por exemplo, indica que cerca de 260 milhões de pessoas falam português, representando aproximadamente 3,7% da população mundial. Embora, algumas fontes apontam números mais elevados, chegando a 290 milhões de falantes.

A saber, o português é a língua oficial de nove países: Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Além disso, é a língua mais falada no Hemisfério Sul. Projeções indicam que o número de falantes de português continuará a crescer nas próximas décadas, especialmente devido ao aumento populacional nos países africanos lusófonos. Estima-se que, até o final do século XXI, o número de falantes de português possa ultrapassar os 500 milhões.

Nesse sentido, a Língua Portuguesa, falada por milhões de pessoas em diferentes países e territórios, não poderia ser homogênea. Ela se transforma conforme os contextos socioculturais e históricos em que está inserida, resgata e evidenciando essas múltiplas vozes, permitindo que diferentes comunidades se reconheçam em narrativas que contam suas próprias histórias, sejam elas brasileiras, cabo-verdianas, angolanas, moçambicanas ou de qualquer outro espaço lusófono. Isso dito, muito antes pelo escritor português José Saramago (1922-2010), vencedor de inúmeráveis prêmios e honrarias de literatura no Mundo, “há línguas portuguesas e não só uma língua portuguesa. Essas línguas são, ao mesmo tempo, iguais e diferentes”.

Desse modo, a literatura e o uso da língua na educação se tornam ferramentas essenciais para a formação do pensamento crítico, visto que, ao ler e interpretar textos literários, os indivíduos desenvolvem a capacidade de questionar realidades, refletir sobre injustiças e imaginar novos futuros. Sob essa perspectiva, podemos citar autores como José Luandino Vieira (Angola), Conceição Evaristo (Brasil) e Germano Almeida (Cabo Verde) como aqueles e aquela que nos apresentam narrativas que problematizam desigualdades sociais, racismo, colonialismo e outras questões urgentes.

Ainda, como exemplo dessa riqueza literária na vida do leitor, igualmente, um estudante brasileiro que lê Mia Couto (Moçambique) ou Alda Espírito Santo (São Tomé e Príncipe) entra em diálogo com outras perspectivas, ampliando sua visão de mundo.

2 A LÍNGUA E A LITERATURA PORTUGUESA COMO INSTRUMENTO DE LUTA, RESISTÊNCIA, SENSIBILIDADE, HUMANIZAÇÃO E CRIATIVIDADE

A língua e a literatura sempre foram armas contra opressões. Escritores e poetas, por meio de suas palavras, imagens e sons, denunciam desigualdades, reivindicam direitos e preservam memórias históricas. Na luta antirracista, por exemplo, a literatura negra e indígena tem um papel fundamental na afirmação das culturas marginalizadas e na desconstrução de narrativas excludentes. Conforme narra e denuncia Achille Mbembe, na obra *A crítica da Razão Negra*:

Situados à força num mundo à parte, reservado as suas qualidades de seres humanos para lá da submissão, aqueles que tinham sido adornados com o nome de “negro” produziram historicamente pensamentos muito seus e línguas específicas. Inventaram as suas próprias literaturas, músicas, maneiras de celebrar o culto divino. Foram obrigados a fundar as suas próprias instituições – escolas, jornais, organizações políticas, uma esfera pública que nada tem a ver com a esfera pública oficial. Em larga medida, o termo “negro” assinala este estado de diminuição e de emclausuramento. É uma espécie de balão de oxigênio num contexto de opressão racial e, por vezes, de desumanização objetiva (Mbembe, 2014, p. 91-92).

Essa reflexão denunciativa, por meio da literatura também é expressada nas palavras do pesquisador Carlos Augusto de Melo e da pesquisadora Heliene Rosa da Costa, ambos da Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Uberlândia-PPLET/UFU:

As manifestações literárias dos intelectuais indígenas brasileiros são relativamente recentes na história da literatura brasileira e se tornaram mais abundantes após o período de implantação das escolas indígenas nas aldeias. São obras que contemplam e projetam para fora do espaço das florestas a cultura das diversas comunidades com suas línguas, costumes e mitos cosmogônicos diferenciados. A literatura é um dos

meios de ruptura com o silenciamento secular das subjetividades e das vozes indígenas amalgamadas ao complexo tecido da sociedade brasileira, mas dissonantes pela expressão estética calcada na ancestralidade, na oralidade e nas tradições dos diversos povos.

A luta pelo reconhecimento dessas produções faz parte de um conjunto de estratégias desenvolvidas por intelectuais, artistas e lideranças indígenas, que visa conquistar respeito, visibilidade e reconhecimento de seu valor por parte da sociedade não indígena, dessa forma, o público leitor pode conhecer as histórias, as memórias, as tradições, os pensamentos e as riquezas culturais dos indígenas, como instrumento para reafirmação da existência e da luta desses povos, tradicionalmente invisibilizados pelo discurso oficial hegemônico (Melo; Costa, 2019, p. 32).

Diante do exposto, destacamos que a literatura desperta emoções, provoca empatia, traz à baila questões ancestrais e amplia nossa compreensão acerca de quem seja o outro. Através da ficção, o leitor se coloca no lugar do outro, vive outras vidas, sente dores e alegrias diferentes das suas. Essa experiência sensível é essencial para uma sociedade mais justa, pois nos torna mais conscientes das dores e das lutas alheias.

Frente ao exposto, a escritora, poetisa e professora Eliane Potiguara, em entrevista concedida a Gustavo Foster, para o site Noite dos Museus, seção Literatura, no dia 10 de março de 2022, sob título: *Eliane Potiguara e a literatura indígena: histórias que se confundem e se explicam*, assim resume:

Minha militância sempre foi rebuscada com a literatura. Eu faço política, mas vou fazendo também os meus poemas (...). Eu conto na minha literatura as dores dos povos indígenas, das novas avós, tataravós, da nossa ancestralidade. Quando dou um exemplo meu de vida, é um exemplo das mulheres que sofrem discriminação social, racial, estigmas nas cidades, nos lugares que vão buscar alimentos. Eu tinha esse conhecimento dentro da família, então a minha militância partiu de dentro de casa. Partiu do problema vivenciado, de uma ilusão, de um sonho (Foster, 2022).

Ressaltando, dessa maneira que a Língua Portuguesa e suas Literaturas constituem elementos vivos, dinâmicos e sensíveis. Portanto, em constante transformação, permitindo a (re)criação de novas formas de expressão. Na poesia visual, na literatura digital, nos *slams* e na oralidade periférica, vemos o poder criativo da língua sendo ressignificado constantemente.

Na escola, em particular, o ensino da Língua Portuguesa e de suas Literaturas deve ir além da gramática normativa e o conteúdo dessas disciplinas devem extrapolar os limites do proposto curricularmente, das relações estabelecidas na sala de aula e do espaço escolar. Ele (o ensino), por meio das aulas, deve ser um lugar de encontro com diferentes vozes, um meio para o letramento crítico, para a inclusão de múltiplas narrativas e para o fortalecimento do pensamento autônomo.

Logo, a Língua Portuguesa e as suas Literaturas podem promover vários feitos, entre eles, garantimos que podem ensinar, emocionar, libertar, transformar, transgredir etc. Elas nos conectam ao passado, nos fazem refletir sobre o presente e nos ajudam a imaginar o futuro. Seja pela força de um poema, pela oralidade vibrante de uma narrativa ou pela potência de uma fala cotidiana, essa Língua Portuguesa continua sendo um espaço de criação, resistência e afetividade.

3 COMO GARANTIR UM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA EQUITATIVO E DE QUALIDADE?

A afirmação de que o ensino de Língua Portuguesa e Literatura e a qualidade educacional não se garantem exclusivamente por parâmetros de igualdade, mas exigem também a promoção da equidade, fundamenta-se em diversos fatores sociais, históricos e pedagógicos. Um desses fatores é reconhecer as diferenças socioeconômicas e culturais, uma vez que, a igualdade propõe tratar todos os estudantes da mesma forma, oferecendo as mesmas condições.

No entanto, a escola e todos seus agentes devem identificar, respeitar e valorizar as origens das quais, os discentes vêm, dados contextos distintos. Alguns possuem acesso a livros, internet e um ambiente familiar letrado, enquanto outros, na sua grande maioria, enfrentam barreiras como a falta de recursos, alfabetização tardia dos responsáveis ou mesmo dificuldades linguísticas, como falantes de línguas indígenas, quilombolas, migrantes, ciganos, refugiados etc. O ideal é que, por meio da equidade, reconheçamos essas diferenças e busquemos garantir que cada discente tenha o suporte necessário para alcançar seu potencial.

Outro fator, igualmente importante, tem sido a diversidade linguística e letramento, seja literário ou matemático. O ensino de Língua Portuguesa e Literatura efetivamente

equitativo considerará a variedade de experiências linguísticas dos alunos. Tendo em vista que, muitos estudantes convivem com variantes regionais ou falam outras línguas maternas antes do Português. Uma abordagem baseada apenas na igualdade desconsidera essas particularidades, enquanto a equidade, por sua vez, propõe estratégias inclusivas, como a valorização do bilinguismo, do letramento multimodal e das expressões culturais diversas.

A desigualdade no acesso a materiais didáticos e tecnologia. Em escolas com infraestrutura precária, a falta de livros, bibliotecas e acesso a tecnologia prejudica o desenvolvimento da leitura e da escrita. A equidade exige políticas públicas e ações pedagógicas que compensem tais desigualdades, como a distribuição de materiais didáticos adequados, práticas de ensino diferenciadas e o incentivo a projetos de leitura comunitários.

A saber, segundo resultados da pesquisa realizada pela TIC Kids Online 2019, *“infelizmente existem ao menos 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre nove e 17 anos sem acesso à internet no Brasil”* (Tokarnia, 2020).

Outrossim, há necessidade de implementação de metodologias diferenciadas, considerando que nenhum discente aprende da mesma maneira que o outro, pelos motivos já expostos neste artigo. Todavia, é sabido que os estudantes aprendem de maneiras distintas e enfrentam desafios específicos. O ensino de Literatura, por exemplo, não pode ser apenas baseado em cânones eurocêntricos, mas deve incluir produções literárias afro-brasileiras, indígenas, periféricas e contemporâneas para que os estudantes se reconheçam nas leituras. Da mesma forma, a didática do ensino da escrita deve ser adaptada conforme as dificuldades desses educandos, oferecendo mais suporte para aqueles que têm maior dificuldade na produção textual.

Em linhas gerais, a perspectiva crítica e emancipatória deve ser uma constância no interior das instituições educadoras, considerando que a equidade no ensino da Língua Portuguesa e da Literatura também se relaciona com a formação de cidadãos críticos e reflexivos, considerando que, quando a educação reconhece e valoriza os diferentes repertórios socioculturais dos estudantes e promove o acesso a uma variedade de textos e gêneros discursivos, ela contribui para a construção de uma sociedade mais justa, permitindo que cada indivíduo tenha voz e compreenda melhor o mundo à sua volta.

Nesse sentido, a formação docente adequada ajuda na efetivação de uma educação mais autônoma e emancipatória, de maneira que esse profissional possa,

[...] contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social (Brasil, 2017, p. 59).

Portanto, para garantir qualidade educacional de forma justa e eficaz, não basta tratar todos os alunos igualmente, com igualdade; é necessário dar suporte diferenciado para que cada um tenha condições reais de aprender a apreender e se desenvolver equitativamente.

3 O QUE PODEMOS FAZER PARA TRANSFORMAR ESSA REALIDADE ?

Transformar a escola em um espaço de aprendizagem crítica e criativa e de democracia inclusiva exige um compromisso com a equidade, a diversidade e a participação ativa dos estudantes de diversas formas, inclusive por representação e ou via direta. Para isso, é necessário considerar as necessidades, possibilidades e interesses de cada grupo estudantil, valorizando suas identidades linguísticas, étnicas e culturais e respeitando as especificidades de cada contexto educativo. Algumas estratégias fundamentais para alcançar esse objetivo incluem um currículo flexível, adequado, adaptado aos contextos e as necessidades locais e globais.

Nesse sentido, ao adotar um currículo que dialogue com a realidade dos estudantes, incluindo saberes tradicionais, histórias e culturas dos povos originários e afro-brasileiros se torna imprescindível. Além de incorporar literaturas, músicas, artes e referências culturais diversas, garantindo representatividade e pertencimento, bem como, valorizar a educação bilíngue e intercultural para comunidades indígenas e imigrantes, respeitando suas línguas e modos de conhecimento.

As metodologias ativas, de aprendizagens significativas e individualizadas também constituem esse cenário que se projeta a cada novo instante. Logo, utilizar-se metodologias como a aprendizagem baseada em projetos, problematizações e rodas de conversa, permitindo

que os alunos participem ativamente da construção do conhecimento; adaptar práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos estudantes, seja por meio de materiais acessíveis, adaptado ou ajustado para o atendimento aos discentes com deficiência ou da valorização da oralidade para aqueles que não têm um repertório letrado consolidado são possibilidades de incluir as diferenças em diferentes percursos acadêmicos.

Destaca-se ainda a necessidade de uma formação docente crítica, antirracista e anticapacitista para que, efetivamente, as abordagens acerca da educação inclusiva, os direitos humanos e as metodologias inovadoras sejam práticas dialógicas constantes no interior da sala de aula e do espaço escolar de maneira mais geral. Isso, em certos momentos, incentivando o uso de textos multimodais e tecnologias digitais para ampliar as possibilidades de ensino e do aprendizado significativo.

Afinal, segundo David Ausubel, criador da teoria da aprendizagem significativa:

El alumno debe manifestar [...] una disposición para relacionar sustancial y no arbitrariamente el nuevo material con su estructura cognoscitiva, como que el material que aprende es potencialmente significativo para él, es decir, relacionable con su estructura de conocimiento sobre una base no arbitraria (Ausubel, 1980, p. 48).

Acrescidas a esses feitos a cooperação de uma gestão pedagógica e escolar democráticas e participativas, criando espaços de escuta ativa, como conselhos estudantis, assembleias e fóruns de debate, nos quais os alunos possam expressar suas demandas e sugestões favorecem a ideia de unidade, tão necessária para a concretização de um fazer didático-pedagógico necessário a democratização e socialização dos saberes e sistematização dos conhecimentos presentes nos currículos ocultos e turísticos existentes no interior da sala de aula, pois, conforme o professor titular e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Vitor Henrique Paro, na obra *Gestão democrática da escola pública* (2012, p. 17), a escola será efetivamente democrática quando a “[...] população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar”.

Desse modo, além dos discentes, incentivar a participação da comunidade escolar, incluindo famílias e lideranças locais, na tomada de decisões sobre o projeto pedagógico da

escola são práticas necessárias aos desenvolvimento da comunidade. Embora, subsidiando-nos nas palavras do filósofo Danilo Gandin:

Penso, por outro lado, que é impossível enumerar todos os tipos e níveis de planejamento necessários à atividade humana. Sobretudo porque, sendo a pessoa humana condenada, por sua racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas ideias em realidade (Gandin, 2001, p. 83).

Desse modo, seja um planejamento participativo, portanto, democrático, seja uma comunidade formada por seres humanos, cujos interesses são temporalizados e inconstantes, a ordem é pela promoção do letramento crítico e da cidadania ativa, ocasião que os educadores trabalhem com temas contemporâneos e transversais, como direitos humanos, meio ambiente, gênero, sexualidade humana e desigualdades sociais, conectando a escola com o mundo real., incentivando e promovendo a produção e análise crítica de diferentes linguagens - verbal, visual, audiovisual, para que os estudantes desenvolvam uma leitura ampla da sociedade e valorize as múltiplas linguagens e expressões comunicativas e culturais.

Ainda durante as aulas de Língua Portuguesa e Literatura, propõe-se a criação de espaços que deem vazão para a expressão artística e cultural dos estudantes, como *slams*, *hip hop*, saraus, exposições, teatro, dança e música, reconhecendo diferentes formas de saber e comunicação, incentivando o uso das variedades linguísticas e das línguas maternas dos discentes e membros da comunidade, quando for o caso, respeitando suas identidades e promovendo um ensino de língua portuguesa que considere a diversidade linguística e reduzam os preconceitos sobre os falares e as expressões próprias de um povo e da sua cultura.

Não podemos esquecer dos aspectos que dizem respeito a inclusão digital e a acessibilidade, garantindo que todas e todos estudantes tenham acesso a tecnologia, reduzindo desigualdades no uso de recursos digitais para pesquisa, produção de conhecimento e comunicação, observando-se a adaptação de materiais e metodologias para discentes com deficiência, garantindo uma escola verdadeiramente inclusiva.

Assim, uma escola que se apresente como democrática e inclusiva é aquela que acolhe, respeita e valoriza as diferenças, garantindo que todos tenham oportunidades reais de aprendizagem e participação. Isso só é possível com práticas pedagógicas humanizadas, gestão

participativa e um compromisso coletivo com a transformação social, indo além do mero repassar de conhecimentos gramaticais e literários, mas direcionar tais conhecimentos e informações em saberes significativos para a formação mais cidadã para todas e todos que compõem determinada comunidade e ou grupo social. Nesse sentido, a escola se torna não apenas um espaço de ensino, mas de construção de uma sociedade mais justa. Plural e equitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Língua Portuguesa e Literatura nos anos finais do Ensino Fundamental deve ser concebido como espaço de construção de saberes e de diálogos transculturais. Ao valorizar as diversas linguagens e manifestações culturais, a escola contribui para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e respeitar a diversidade do mundo contemporâneo. O desafio dos educadores é integrar esses saberes ao currículo, promovendo aprendizagens significativas que ultrapassem os limites da sala de aula e formem verdadeiras cidadãs e cidadãos para atuarem eficaz e efetivamente numa sociedade em constante transformação.

A sala de aula é um espaço de encontros culturais onde diferentes vozes interagem e, o ensino de Língua Portuguesa e Literatura é essencial para a formação crítica, cultural e linguística dos estudantes, se seguindo para além da transmissão de conteúdos gramaticais. Os conceitos de dialogismo, educação emancipatória e literatura humanizadora embasam a ideia de que o ensino deve valorizar a diversidade cultural e promover a empatia. A leitura de obras de diferentes contextos amplia o repertório dos alunos, enquanto a escrita criativa fortalece a expressão pessoal. O uso de textos multimodais enriquece a compreensão da linguagem em suas variadas formas.

Desse modo, o ensino dessa Unidade Curricular deve ser entendido como uma oportunidade de ampliar os horizontes culturais dos estudantes, incentivando o diálogo entre diferentes saberes e linguagens. Para isso, é necessário que os educadores promovam práticas pedagógicas que integrem textos literários de diferentes origens, estimulando a leitura crítica, a produção textual e a interpretação de múltiplas formas de expressão.

Além disso, recomenda-se o uso de recursos digitais e multimodais para tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível, um vez que, ao aproximar os alunos de contextos culturais diversos, a escola contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e preparados para atuar em uma sociedade plural, cabendo aos docentes, gestores e formuladores de políticas educacionais consolidar um currículo que valorize a interculturalidade e a construção coletiva do conhecimento, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e transformador.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Língua portuguesa é a quarta mais falada no mundo**. Brasília, 5 maio 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-05/lingua-portuguesa-e-quarta-mais-falada-no-mundo>. Acesso em: 16 fev. 2025.

AUSUBEL, David. **Psicología Educativa**: Un punto de vista cognoscitivo. México: Trillas, 1980.

BRASIL. BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/CNE, 2017.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EUROPA OCIDENTAL (UNRIC). **Um bem comum**: a língua portuguesa. Disponível em: <https://unric.org/pt/um-bem-comum-a-lingua-portuguesa/>. Acesso em: 12 fev.2025.

FOSTER, Gustavo. Eliane Potiguara e a literatura indígena: histórias que se confundem e se explicam. In: **Noite dos Museus**. 10 mar. 2022. Literatura. Disponível em: <https://noitedosmuseus.com.br/especial-eliane-potiguara-e-a-literatura-indigena/>. Acesso em: 08 fev.2025.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão Negra**. Lisboa, 2014.

MELO, Carlos Augusto de; COSTA, Heliene Rosa da. Espiritualidade e ancestralidade indígenas em A cura da terra, de Eliane Potiguara. **Verbo de Minas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 36, p. 31-47, ago./dez. 2019 – ISSN 1984-6959 – Qualis B1 – p. 31-47.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Mundo terá mais de 500 milhões de falantes do português até final do século, diz CPLP**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/126262-mundo->

ter%C3%A1-mais-de-500-milh%C3%B5es-de-falantes-do-portugu%C3%AAs-at%C3%A9-final-do-s%C3%A9culo-diz-cplp. Acesso em: 20 fev.2025.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

TOKARNIA, Mariana. Brasil tem 4,8 milhões de crianças e adolescentes sem internet em casa - Pandemia evidencia desigualdades para acessar rede, diz especialista. *In: Empresa Brasil de Comunicação*. Publicado em 17/05/2020 - 13:23. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/brasil-tem-48-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-sem-internet-em-casa>. Acesso em: 09 fev. 2025.